



**“Aceitáveis com
restrições, outras
totalmente inaceitáveis”:
Dom Luciano Cabral
Duarte e as “Teologias da
Libertação”**

Péricles Andrade¹

**“Acceptable with restrictions,
others entirely unacceptable”:
Dom Luciano Cabral Duarte and
the “Theologies of Liberation”**

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar um primeiro esboço de mapeamento e compreensão dos posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte enquanto pertencente a ala ortodoxa e como opositor à ala heterodoxa no campo católico entre as décadas de 1960 e 1980. Parte-se da premissa que a partir da análise dos posicionamentos de Dom Luciano em relação à Teologia da Libertação é possível a compreensão das tensões e sentidos do campo católico brasileiro entre as décadas supracitadas, quando as disputas buscavam estabelecer uma matriz geradora sacerdotal baseada na assistência espiritual e social.

Palavras-chaves: Dom Luciano, Marxismo, Teologia da Libertação.

Abstract

This article aims to present a first draft of the mapping and understanding of Don Luciano Cabral Duarte's positions as a member of the orthodox wing and an opponent to the heterodox wing of the Catholic field from the 1960s to the 1980s. We presume that the analysis of Don Luciano Cabral Duarte's positions in relation to the theology of Liberation allows us to understand the tensions and meanings of the Brazilian Catholic field during the above mentioned decades, when the disputes sought to establish a sacerdotal generating matrix based on spiritual and social care.

Keywords: Dom Luciano, Marxism, Theology of Liberation.

139



1 Doutor em Sociologia pela UFPE. Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais e do Núcleo de Graduação e Pós-Graduação em Ciências da Religião (UFS).



Introdução

Em sua atuação enquanto agente no campo religioso Dom Luciano Cabral Duarte sempre se posicionou publicamente como anticomunista. Esse fenômeno diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificada, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. Vale ressaltar que no Brasil uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo se organizava a partir da infraestrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Essa postura era veiculada através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo.²

O posicionamento deste religioso pode ser constatado em diversos momentos. Em 1963 o então Monsenhor Luciano Cabral Duarte visitou durante dez dias a Hungria num intervalo das suas atividades junto ao Concílio Vaticano II (1962-1965)³, quando atuava como correspondente da revista *O Cruzeiro*. Os escritos dessa experiência foram publicados pelo Instituto Dom Luciano Cabral Duarte em 2008. Nessa experiência de viagem o religioso registra o cotidiano húngaro no início da década de 1960. O leitor é levado ao ambiente policial vivenciado nas repúblicas do Leste Europeu. As experiências vivenciadas por Luciano Duarte demonstram como os mecanismos de

2 Ver: RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

3 As correspondências do padre Luciano Duarte ao jornal *O Cruzeiro* foram reunidas e publicadas em 1999 na obra *Concilio Vaticano II: os novos caminhos da cristandade* (Aracaju: Editora J. Andrade/Prefeitura Municipal de Aracaju).

controle do Estado atuavam sobre os nativos e os estrangeiros. Isto emerge na sua escrita em diversas passagens, que ressalta a constante presença de policiais, os inúmeros episódios em que é observado por agentes oficiais e o receio de alguns padres em relação à exposição de ideias contrárias ao Estado. Por outro lado, o Monsenhor aponta significativos avanços dos projetos sociais instituídos com a implantação do comunismo na Hungria. Porém, ao final do texto destaca-se sua postura de combate ao comunismo, quando aponta preocupação com o avanço dos ideais socialistas no Brasil.⁴

Tal posicionamento marcou sua atuação enquanto agente do campo católico⁵ no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990. Por exemplo, no acervo de documentos do Instituto Dom Luciano Cabral Duarte já catalogado, a postura anticomunista de Dom Luciano é marcante, com temas diretamente relacionados ou correlacionados, tais como: marxismo, Teologia da Libertação (TL), Igreja e o partido comunista, Igreja e marxismo.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um primeiro esboço de mapeamento e compreensão dos posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte enquanto pertencente a ala *ortodoxa* e como opositor à ala *heterodoxa* no campo católico entre as décadas supracitadas. Parte-se da premissa que a análise dos seus posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte em relação à Teologia da Libertação é possível à compreensão das tensões e sentidos do campo católico brasileiro nas décadas de 1960 e 1980, quando as disputas buscavam estabelecer uma matriz geradora sacerdotal baseada na assistência espiritual e social. A *opção preferencial pelos pobres*, enfatizada pela Conferência de Medellín na Colômbia em 1968, possibilitou duas leituras católicas: a atualização da caridade via a assistência social *versus* a incorporação da perspectiva libertária de conotação marxista.

Dom Luciano e as “Teologias da Libertação”

A Igreja Brasileira esteve, durante um significativo período, influência decisiva da *Teologia da Libertação* e de seus seguidores nas pastorais. A Teologia da Libertação é um movimento teológico genuinamente latino-americano, por consistir no primeiro movimento teológico nascido na América Latina no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A Teologia da Libertação surge num contexto de grandes agitações sociais. No período pós II Guerra Mundial, o mundo encontrava-se bipolarizado: comunismo, representado pela URSS, *versus* capitalismo, representado pelos EUA, em que cada bloco visava expandir sua influência.⁶

4 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. *Hungria – 1963: Registros de Viagem*. Aracaju: J. Andrade, 2008.

5 Ver: BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

6 Ver: BARBOSA, Imerson Alves. *A Esquerda Católica na formação do PT*. Marília-SP, 2007 (Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília).

No começo da década de 1960 surgiu uma tendência nova, que ficou conhecida como “Esquerda Católica” (EC). Movimento estudantil católico – antiga *Juventude Universitária Católica* (JUC) criada por Dom Leme na década de 1930 –, radicalizou-se e muito rapidamente aproximou-se das ideias socialistas e esquerdistas. Os estudantes católicos reivindicavam a substituição da economia anárquica, baseada no lucro, por uma economia organizada de acordo com princípios humanos, objetivo este que, na prática, exigiria a nacionalização dos setores produtivos básicos. Tentando formular uma ideologia essencialmente anticapitalista e anti-imperialista e em busca de uma estrutura social mais justa e mais humana, eles pedem um verdadeiro compromisso com as classes exploradas, numa verdadeira negação da estrutura capitalista. Aqui há uma radicalização das novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, alianças com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular⁷. Dessa forma, os pobres foram conclamados ao engajamento social, à ação política e à busca de conhecimento científico para entrar no jogo político moderno.⁸

O raciocínio compreendia a ideia de que para se edificar o *Reino de Deus* na terra os católicos deveriam começar a trabalhar em seu próprio ambiente cotidiano. Os pobres deveriam assumir a vanguarda deste movimento, pois são “leais a Deus por sua unidade e fraternidade”. Essas bases teológicas foram formuladas na *Teologia da Libertação*, que se diferencia em três pontos da teologia do catolicismo tradicional. Em primeiro lugar, a teologia não pode ser separada dos contextos socioeconômico e político. Segundo, esta teologia sustenta a premissa de que Deus faz “uma opção preferencial pelos pobres”. Por fim, ela é marcada pela ideia de que a salvação deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte. Os teólogos consideravam as comunidades de base como o meio mais adequado para se criar um contexto em que os católicos pobres pudessem desenvolver uma consciência da situação política e social de seu país e traduzi-la numa adequada ação política e social. A consciência social era o caminho da salvação. A religião era vista como uma fonte de mudança cultural, social e política. Inspirados em leituras da Bíblia críticas em relação à estrutura social, os pobres seriam emancipados para se filiarem aos partidos políticos e aos sindicatos e para exigirem serviços e infraestrutura dos governos locais, fazendo assim a sua parte na criação de uma sociedade justa “aqui e agora”⁹.

7 Ver: THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns*, Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002.

8 Idem.

9 Ver: THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns*, Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002.

Desta *Igreja Progressista* surgem em diversos países da América Latina nos anos de 1960 as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs). Cada vez mais o diálogo com a modernidade é reforçado. A Igreja Católica redefine sua orientação naquilo que afeta o dia-a-dia do católico, não somente em termos ritualísticos e da doutrina espiritual, mas sobretudo no que se diz respeito à maneira como o cristão deve se colocar no mundo profano. Participaram das primeiras CEBs muitos líderes das ligas camponesas e de sindicatos rurais, do MEB e da AC. As CEBs logo proliferaram também pelas cidades. Há aí um duplo movimento: o da militância católica de esquerda e o da própria Igreja que procura atualizar-se no mundo. As CEBs significaram uma mudança efetiva na prática pastoral, com inequívoca abertura para as questões sociais, gerando inclusive mecanismos de formação de militância político-partidária, em que ficou selado o compromisso da “opção preferencial pelos pobres” (PRANDI, 1998: 97-98). O fator marcante na renovação da Igreja que emergiu com as CEBs está na participação efetiva dos leigos na vida eclesial com necessária perspectiva de transformação social. Através das CEBs assistência da Igreja visava ajudar os pobres a se tornarem conscientes de sua posição na sociedade brasileira.¹⁰

O surgimento dessas comunidades nas periferias urbanas teve como contexto a carência da população, a distância dos centros de poder público e eclesiástico, a ausência quase permanente de padres e a aliança entre motivação religiosa e manifestações por melhoria nas condições de vida local. São nessas circunstâncias que os leigos vão, aos poucos, assumindo a liderança, tanto nas celebrações como nas lutas comunitárias. Na visão deste catolicismo, sob nítida influência do marxismo, o pecado é social e se chama capitalismo. No lugar do tradicional opositor sobrenatural (“o velho diabo”) esse catolicismo coloca a classe social concreta: o mal é a burguesia e seu sistema econômico de exploração. O pecado é a exploração do homem pelo homem e a medida do pecado tem nome: a mais-valia marxista.¹¹

Este catolicismo definia-se num feixe de relações, num conjunto de oposições e interesses que compõem o campo religioso e político latino-americano nos anos 1960 e 1990. Neste momento a *Igreja dos Pobres* alcança uma existência histórica duradoura e um conteúdo significativo. Como destaca Carlos Alberto Steil, esta igreja se opõe a *Igreja Institucional*, comprometida com o processo colonizador e com o *status quo*. Ao contrário, elabora-se uma igreja que pensa pela base, articulada no movimento popular e voltada para a libertação dos oprimidos, em contraposição a uma igreja de massa, composta de uma multidão heterogênea e dispersa, sem inserção eclesial ou compromisso político com a “causa dos pobres”.¹²

10 Idem.

11 Ver: PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1998.

12 Ver: STEIL, Carlos Alberto. A Igreja dos Pobres: da Secularização à Mística. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, out./1998, p. 61-76.

A constituição desta perspectiva teológica ao final da década de 1950 e sua legitimação a partir das tendências “modernizadoras” assumidas a partir do Concílio Vaticano II não representavam uma unanimidade tranquila no campo católico. Pelo contrário, ala ortodoxa se restabelece numa perspectiva desenvolvimentista. Cada vez mais se configura neste campo disputas entre os segmentos clericais quanto aos sentidos atribuídos de modernização da Igreja Católica após o citado Concílio.

A partir de 1967 os ortodoxos levaram a cabo uma reorganização e centralização da Cúria Romana. Na América Latina, por sua vez, isso se deu a partir da XIV Geral da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), em Sucre (Bolívia), entre os dias 15 e 23 de novembro de 1972. Naquele momento a ala ortodoxa começou a expressar seu pensamento e a agir contra os setores populares da Igreja. Nesta reunião foi eleito como presidente do Departamento de Ação Social D. Luciano Cabral Duarte. Desde então o CELAM começou a percorrer trilhas mais ortodoxas, principalmente estabelecendo questionamentos a Teologia da Libertação e a *Igreja Popular*.¹³

Quais eram as críticas e controvérsias envolvendo os agentes católicos ortodoxos quanto a Teologia da Libertação? Neste sentido os posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte são representativos. Na condição de filósofo – capital simbólico e cultural adquirido a partir da defesa de tese obtenção do título de Doutor em Filosofia pela Universidade de Sorbone na França, além da atuação na seara educacional – Dom Luciano utiliza seus capitais para questionar o caráter ontológico do pensamento marxiano e marxista. Nesse aspecto, critica, a princípio, a “monocausalidade”, não considerando as pluricausalidades “que põe em marcha a comunidade dos homens” (DUARTE, 12/10/1984). As críticas também focalizam o caráter teleológico da filosofia da história de Karl Marx, com destaque a “inevitabilidade” da etapa comunista e da instalação da ditadura do proletariado quanto ao desenvolvimento humano, os princípios do materialismo histórico. Noutros textos o religioso destaca a difusão das ideias desta corrente política e de investigação, o que ele chama de “marxistização do mundo”, sobretudo pela capacidade de adesão por neófitos sem capacidade crítica as ideologias marxistas, conforme destaca: “...aqui continuam os marxistas a ocupar o centro do palco intelectual, e não é de bom tom alguém ser universitário (professo e aluno) sem ostentar algo assim como um namoro intelectual com a ideologia de Karl Marx”.¹⁴

Obviamente que sua postura crítica em relação aos postulados do materialismo histórica ganha nova dimensões quando seus capitais culturais e

13 Ver: BARBOSA, Imerson Alves. *A Esquerda Católica na formação do PT*. Marília-SP, 2007 (Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília).

14 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A auto-implosão do marxismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 23/07/1986, Opinião, p. 3.

simbólicos vinculados ao campo religioso são utilizados para um questionamento público dos postulados da Teologia da Libertação. Na perspectiva deste agente católico a TL em si não é inaceitável. Em entrevista concedida ao *Jornal da Cidade* (Aracaju) em 1984 o Arcebispo destaca a “confusão sobre o tema”. Nesse aspecto, conforme afirma, “há uma Teologia da Libertação legitimada pelo então papa João Paulo II, centrada na abolição da miséria social e espiritual que esmaga uma grande parte da humanidade”. Entretanto, reconhece que “surgiram outras correntes, das quais algumas são aceitáveis com restrições e outras totalmente inaceitáveis”.¹⁵

Dom Luciano destaca a existência de três modalidades de TL: a) a social-popular, que visa uma transformação radical da sociedade, transmite uma conscientização em vista ao socialismo crítico, nacional e cristão; b) a de sentido marxista; c) de cunho evangélico. A princípio questiona a de denotação marxista por “devorar as outras duas tendências e apropriar-se como um monopólio seu:

... a) – a Teologia da Libertação pretende ser uma interpretação global do fenômeno cristão; b) – todo o cristianismo deve ser entendido como uma práxis de libertação; c) – toda a realidade política e assim também a libertação é um conceito político; d) – a Teologia da Libertação não apenas pode mais deve usar a ferramenta da análise marxista da sociedade, análise que é julgada científica e a palavra definitiva do assunto.¹⁶

Quais seriam os traços deste não reconhecimento da Teologia da Libertação de cunho marxista como pertencente ao campo católico? A princípio esse é estabelecido a partir da caracterização do que considera um *nomos* a esse campo, onde está o “âmago da perversão da TL”:

... ela é um híbrido e contraditório sistema de ideias marxismos-cristãos, onde se tenta a impossível fusão de duas visões essencialmente inconciliáveis. E onde também acaba o primado o inventário das teses marxistas: luta de classes em todos os domínios da sociedade (inclusive dentro da Igreja), a adoção da práxis revolucionária, emprego da violência, a práxis como fonte e critério da verdade; para resumir: uma perspectiva terrenista da qual a transcendência desaparece. E onde tudo se reduz a instalação do comunismo no mundo inteiro, pela ditadura do proletariado.¹⁷

15 Apud. MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 355.

16 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Reflexões sobre a Teologia da Libertação. *Jornal da Cidade*, Vitória-ES, 01/06/1984.

17 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Roma e a Teologia da Libertação. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 12/10/1984.

Pelo que se vê, a oposição de Dom Luciano faz um significativo esforço de deslegitimar a Teologia da Libertação de cunho marxista. Não se trata apenas de reconhecê-la como mais uma possível tendência variante do campo católico. Sua posição de membro do Episcopado Católico e Presidente do Departamento de Ação Social D. Luciano Cabral Duarte do CELAM lhe possibilitam um vasto capital social que vai além do campo religioso. Como um agente de posição de destaque nesse campo, as críticas de Dom Luciano se dirigem com mais ênfase a relação entre marxismo e cristianismo, sobretudo quanto à “incompatibilidade” entre ambos em virtude do caráter ateísta do segundo.¹⁸ Todos seus esforços identificam-na como “totalmente inaceitável”, como “novo e falso evangelho, diametralmente contrário ao Evangelho de Jesus de Nazaré, o Cristo, Filho de Deus Vivo nascido da Virgem Maria”.¹⁹

Esta TL também é deslegitimada a partir de dois traços: releitura e reducionismo. Em relação à primeira, o religioso destaca que os teólogos marxistas tomam certas passagens da Bíblia e estabelecem releituras e interpretações a partir da chave da revolução socialista:

Por exemplo: no livro do Êxodo, no Antigo Testamento, Moisés, mandado por Deus, liberta os israelitas da escravidão do Faraó do Egito, e os conduz a Terra onde correm leite e mel, a Palestina, chamada então Cannã, onde o mistério da Salvação vai cumprir-se. Numa releitura como a fazem hoje os teólogos da libertação marxista, Moisés é a Classe Operária, o Faraó o Capitalismo, e Cannã é a Sociedade Socialista-marxista.²⁰

Quanto ao reducionismo, afirma que em geral estes teólogos escolhem alguns textos do citado livro, separando-os do contexto e de outras passagens bíblicas, sobretudo aquelas que lhes completam e modificando-as com a interpretação isolada: “para os liberacionistas da linha socialista-marxista, o Evangelho de Cristo, praticamente, pode reduzir-se ao capítulo 25 de S. Mateus...”²¹

A leitura pela Teologia da Libertação Marxista da “opção preferencial pelos pobres” e seu vínculo com a luta de classes é bastante questionada. As críticas centram-se no *habitus* sacerdotal, sobretudo quanto à colocação da “práxis” em primeiro lugar em detrimento da fé e da assistência espiritual pelos religiosos ao rebanho católico. Nesse aspecto as ações sociais realizadas por sacerdotes na América Latina são vinculadas a partir

18 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A auto-implosão do marxismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 23/07/1986, Opinião, p. 3.

19 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Roma e a Teologia da Libertação. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 12/10/1984.

20 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. “Fidel e a Religião”: o livro e as contradições. *O Estado de São Paulo*, 26/01/1986, p. 14.

21 Idem.

de um novo *habitus*, não legítimo na perspectiva de Dom Luciano: “lutar contra a opressão, entrar na guerrilha se for preciso, marchar com os que deflagraram a bandeira vermelha dos desesperados...”²² Essa atuação, conforme destaca, “desvirtua” a “opção preferencial pelos pobres”. A “luta” deve estar centrada na “humanização das estruturas sociais injustas”, mas deve, ao mesmo tempo, “anunciar Jesus Cristo” sem a ênfase sistemática em questões de ordens materiais:

Quando tivermos resolvido todos os problemas sociais dos pobres, os mesmos pobres estarão na etapa zero de evangelização, que não consiste essencialmente em casa para morar, nem em saúde física, mas na difícil conversão do coração...²³

Conforme destaca Dom Luciano, ao optar pelas questões sociais, os sacerdotes católicos deixam o rebanho sem assistência espiritual, possibilitam “dúvidas”, “perplexidade e grãos de heresia”, “fome de Deus”, “desamparo”:

Quanto Bispo no Brasil não têm confrontados com esta situação: a gente simples que vem perguntar: “Final, para onde vai a nossa Igreja?” “E a nossa Fé?” “O que era verdade essencial no catolicismo, ontem, continua sendo verdade hoje ou não?” “Jesus é mesmo Deus?” “É preciso ter recebido o Sacramento da Ordem para celebrar a Missa?”²⁴

Por fim, a fidelidade papal é posta como um traço distintivo de pertencimento ao campo católico. Sobre esse aspecto escreve: “há uma ‘teologia da libertação’ de João Paulo 2º e outras dos irmãos Boff e dos demais teólogos que, como eles, colocam ali elementos da teoria e da práxis marxistas”.²⁵ Quando se refere à existência desta “teologia da libertação romana”, Dom Luciano ressalta sua fidelidade papal, sobretudo porque estabelece um modelo legítimo e não legítimo a partir das Instruções *Libertatis Nuntius* (1984) e *Libertatis Conscientia* (1984) documentos publicados pela *Congregação para a Doutrina da Fé*, tendo o então Cardeal Joseph Card. Ratzinger como Prefeito, e que tratam da Teologia da Libertação²⁶

22 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Da natureza humana e do sobrenatural. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 10/05/1985.

23 Idem.

24 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A mecha que ainda fume. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 14/09/1984, Caderno I, p. 11.

25 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Teologia da Libertação – qual delas. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 24/07/1986, Opinião, p. 3.

26 Ver: <http://paroquiasantoantonio.patots.com.br/admin/documentos/Instru%C3%A7oes-Libertatis-Nuntius-sobre-alguns-aspectos-da-Teologia-da-Liberta%C3%A7ao.pdf>; http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html.

Nesse aspecto, Dom Luciano exalta as “qualidades” daquela que deve ser a “legítima” Teologia da Libertação:

... toda a ação da Igreja no campo sociopolítico deve manter-se em indefectível coerência com o ensinamento da Igreja; toda ação social deve ser fiel aos numerosos documentos publicados ultimamente pela Santa Sé; a teologia da libertação de construir uma nova etapa – em estreita conexão com as anteriores daquela reflexão teológica iniciada com a tradição apostólica e continuada com os grandes pastores e doutores).²⁷

Está evidente que a defesa da hierarquia e da obediência é basilar para Dom Luciano enquanto condição de pertencimento ao campo católico. Nesse aspecto, ao não aceitar tais condições e criticá-las publicamente os demais teólogos da libertação deslegitimam suas práticas e pertencimento a este campo: “logo, a TdL deles é ilegítima e inaceitável para quem é fiel ao papa”.²⁸ Dom Luciano ressalta a Igreja Católica como uma comunidade de natureza hierárquica e reconhece a severidade da sua autoridade quando publica a instrução *Libertatis Nuntius* (1984) e convocou frei Leonardo Boff para audiência em setembro de 1984 no Vaticano para esclarecer questões relativas à Teologia da Libertação²⁹:

... o problema está claro e se resume num dilema. Os do Brasil terão que escolher, em matéria de posição a respeito da Igreja Popular, entre o Papa João Paulo II e Frei Leonardo Boff e seus companheiros na maneira de pensar sobre este tema. As posições, na verdade não são apenas diferentes: são opostas.³⁰

Considerações finais

O tom geral da resistência da ala ortodoxa católica a Teologia da Libertação se refere às inovações propostas quanto à separação entre o a religião e o mundo. Ao contrário do que foi proposto, esta ala insiste em rejeitar parte do mundo, defendendo a “abstenção” quanto aos conflitos sociais. Vale ressaltar que até entre os marxistas também existem críticos à Teologia da Libertação. Entende-se que essa teologia se constitui numa

27 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Teologia da Libertação – qual delas. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 24/07/1986, Opinião, p. 3.

28 Idem.

29 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A mecha que ainda fumeira. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 14/09/1984, Caderno I, p. 11.

30 Ver: DUARTE, Luciano Cabral Quem tem medo da “Igreja Popular”? *Tribuna*. 31/05/1983, p. 12.

modernização necessária e oportunista da hierarquia da Igreja que teria como meta principal a manutenção da influência e dos privilégios que vinham sendo perdidos em decorrência das mudanças sociais.³¹

Os posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte estão vinculados ao seu pertencimento enquanto agente da ala ortodoxa no campo católico. Seus embates são marcantes em relação aos marxistas, com questionamentos de cunho filosófico e teológicos. Enquanto membro do Episcopado e com cargo de destaque no CELAM, seus embates foram acirrados com os agentes da ala heterodoxa. Suas tomadas de posições foram públicas ao longo da sua trajetória sacerdotal, principalmente através de discursos proferidos via palestras e meios de comunicação, homilias a publicação de diversos escritos, tais como livros e artigos em jornais e revistas locais e de circulação nacional. Obviamente Dom Luciano utilizou de forma eficaz seus capitais cultural, social e simbólico para combater de forma sistemática certa leitura da Teologia da Libertação, nomeando e provocando seus adversários clericais e leigos: frades Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto, Enrique Dussel, Gustavo Gutierrez, Hugo Assman, Pablo Richard, dentre outros.

31 Ver: BARBOSA, Imerson Alves. *A Esquerda Católica na formação do PT*. Marília-SP, 2007 (Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília).